



TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE NA POLÍTICA

ELEIÇÕES 2024

BOLETIM SOBRE O PROCESSO POLÍTICO EM MOÇAMBIQUE



Editor: Lázaro Mabunda | Director: Edson Cortez | Assessor: Joseph Hanlon | Oficial de Comunicação: Liliana Mangove

Número 350 – 12 de Dezembro de 2024

Publicado pelo CIP, Centro de Integridade Pública, Rua Fernão Melo e Castro, nº 124, Maputo, Moçambique.
eleicoes@cipmoz.org <https://www.cipeleicoes.org/>

O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte

Para subscrever a edição em Inglês <https://cipeleicoes.org/eng/>
e a versão em português <https://www.cipeleicoes.org/>

Número de empresas da família presidencial duplicou no último mandato de Nyusi
(baixe o boletim através do <https://bit.ly/3O6Et7g>)

Conselho de Estado propõe “reforma profunda” da Legislação Eleitoral

O comunicado do Conselho do Estado sugere uma “revisão atempada e inclusiva da lei eleitoral” que vai incidir sobre a despartidarização e a profissionalização dos órgãos de gestão eleitoral como forma de acabar com os conflitos eleitorais e pós-eleitorais.

O Conselho de Estado considera ser necessária a adopção destas medidas conducentes à promoção da transparência e da credibilização dos processos eleitorais.

Para o Conselho do Estado, a actual crise pós-eleitoral desafia o Estado moçambicano a levar a cabo “reformas profundas” com vista a “evitar que, no futuro, tais actos voltem a suceder” ([Leia comunicado completo aqui](#)).

O CIP Eleições já tinha adiantado que a Frelimo estava a ensaiar a revisão da lei eleitoral por forma a reduzir o período de espera de divulgação dos resultados eleitorais. A Frelimo entende que o dispositivo constitucional que fixa até 20 dias antes da tomada de posse do novo parlamento como período limite para a validação dos resultados é responsável pelos conflitos pós-eleitorais.

Conselho Constitucional recusa-se a envolver outros actores na verificação da autenticidade de editais e actas

Lúcia Ribeiro justifica a recusa com o argumento de que Conselho Constitucional é um órgão jurisdicional e não político. Segundo, ela o processo político terminou na Comissão Nacional de Eleições, onde há observadores.

“O Conselho Constitucional é um Tribunal Eleitoral e, nos Tribunais, os órgãos são jurisdicionados e não com interesses particulares ou partidários. Não cabe a observação eleitoral num órgão jurisdicional”, defendeu Lúcia Ribeiro, citado pela Carta de Moçambique (leia aqui <https://www.cartamz.com/index.php/politica/item/18296-eleicoes-2024-lucia-ribeiro-recusa-se-a-incluir-mandatarios-e-observadores-na-verificacao-das-actas-e-editais>).

A presidente do Conselho Constitucional respondia a preocupação do partido Podemos sobre a exclusão de outros actores, nomeadamente os mandatários dos partidos políticos, observadores e jornalistas na verificação da autenticidade das actas e editais. Segundo o Podemos, estes actores poderiam conferir maior credibilidade e transparência ao processo (assista toda a reunião aqui: <https://www.facebook.com/share/v/1KpJUgka8d/>)

Desconhecidos atacam a assassinam Polícias na Zambézia

A região de Chimbazo, limite entre os distritos de Luabo e Mopeia, viveu ontem um dia agitado. Um grupo de supostos Naparama envolveu-se em confrontos com a força de Unidade de Intervenção Rápida (UIR), o que terá resultado em quatro polícias assassinados.


O confronto enquadra-se no conflito pós-eleitoral que já resultou em mais 115 mortos.

Segundo a chuabofm.com, tudo começou quando uma manifestação pacífica foi interrompida por disparos da UIR. Em resposta, os Naparamas, conhecidos pela sua organização de defesa comunitária e crenças espirituais, retaliaram com armas tradicionais, azagaias, catanas e paus. O confronto resultou na morte de quatro agentes da UIR e no sequestro de um quinto elemento, além da destruição total da sede distrital do partido FRELIMO em Sangaraza, incendiada pelos manifestantes.

Número de mortos é superior a 120

A uma semana de completar dois meses, as manifestações já provocaram a morte de mais de 120 pessoas. Os dados harmonizados pelas organizações da sociedade civil, das quais o CIP faz parte, mostram que até ao final do dia de ontem já tinham sido confirmadas 118 mortes, causadas por baleamento policial.

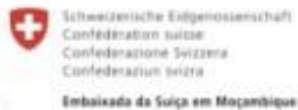
Se se incluírem dados de mortes por agressão ou com recurso a instrumentos contundentes e de agentes da polícias, o número de mortos durante as manifestações já supera os 120. Passados 63 dias após as eleições, os resultados ainda não foram tornados públicos.

	FICHA TÉCNICA:	ENDEREÇOS:
	<p>Director: Edson Cortez</p> <p>Autor: Lázaro Mabunda</p> <p>Editor: Lázaro Mabunda</p> <p>Assessor: Joseph Hanlon</p> <p>Revisão Linguística: Samuel Monjane</p> <p>Layout: Alberto Manguela</p>	<p>Centro de Integridade Pública Bairro da Sommerschield, Rua Fernão Melo e Castro nr. ° 124, Maputo</p> <p>Web: https://www.cipeleicoes.org/</p> <p>Facebook: @cipeleicoes</p> <p>Instagram: @cipeleicoes</p> <p>Tiktok: @cijmoz</p> <p>Telegram: +258 843890584</p>

Financiado por:



Parceiros do CIP:



Embaixada da Suíça em Moçambique

